



Uso do território no município de Campinas: mapeamento do circuito espacial produtivo hortifrutigranjeiro da merenda escolar

Autora: Livia Cangiano Antipon (liviacangiano@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia (cataia@ige.unicamp.br)

Geoplan- Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial
Departamento de Geografia - Instituto de Geociências – UNICAMP
Agência Financiadora: CNPq/Pibic

Palavras-chave: circuito espacial produtivo, alimentação escolar, agricultura familiar, território usado, município de Campinas

Introdução

O desenvolvimento da pesquisa pode ser entendido em duas fases, que nos faz pensar os processos de uso do território no município de Campinas. A primeira delas foi fundamental para compreender os processos do circuito espacial produtivo, mais especificamente na fase da distribuição e produção, da alimentação escolar no município.

E a segunda fase constituiu na análise dos resultados encontrados sobre a distribuição da alimentação escolar, o que nos permitiu realizar um mapeamento dos dados obtidos, e iniciar uma discussão sobre a dificuldade da produção alimentar em propriedades agrícolas familiares de grandes metrópoles

A pesquisa foi orientada pela teoria dos circuitos espaciais, propostas pelos professores Santos e Silveira (2001) onde um circuito espacial produtivo se estrutura a partir de uma atividade produtiva até o seu consumo final, nos servindo como ferramenta de análise para uma série de fases correspondentes aos processos de transformação que passam esses produtos. O estudo das fases (produção, distribuição, circulação e consumo final), comporta-se como um instrumento para compreender a divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas.

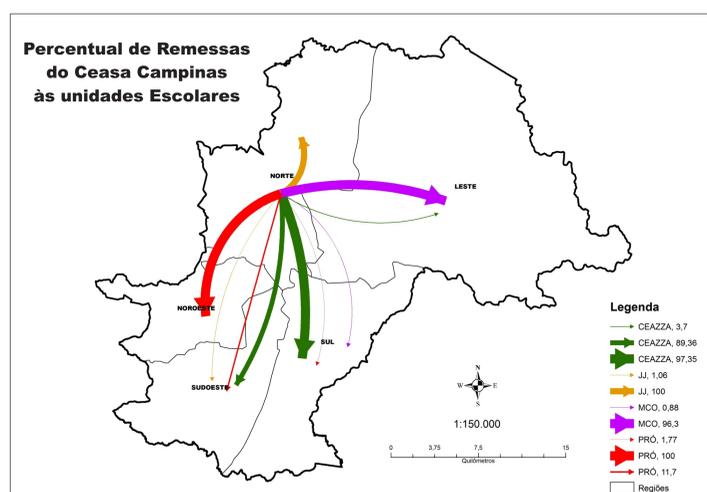
Resultados e Discussões

1- O circuito espacial produtivo da alimentação escolar na fase da distribuição: discussões e mapeamento

O exame da distribuição e produção dos hortifrutigranjeiros da alimentação escolar no município de Campinas proporcionou um conhecimento de um dos novos usos do território no município, chamando-nos atenção para o papel do CEASA na distribuição da alimentação escolar, possibilitando-nos o mapeamento dessa fase, e a impossibilidade do cumprimento da Lei nº 11.947/2009 para a agricultura familiar em grandes metrópoles, o que nos levou a uma análise dessa problemática na fase da produção.

Na fase da distribuição, o Ceasa encontra-se em uma posição intermediária entre as empresas distribuidoras e as escolas, atendendo um papel no circuito, como órgão normativo das empresas e fiscalizador nas escolas: não possuindo infra-estrutura necessária para abarcar a distribuição, ele seleciona, por meio do Departamento de Alimentação Escolar, as empresas que distribuem os alimentos e as fiscaliza através de visitas nos estoques dos hortifrutigranjeiros e nas próprias escolas.

Divididas por regiões, quatro empresas distribuidoras particulares atendem 431 unidades escolares, através de um sistema “Just in Time”, que obedece, no circuito espacial produtivo dos hortifrutigranjeiros da alimentação escolar, às condições técnicas-sociais do município estudado. Logo, a distribuição nesse circuito espacial produtivo obedece às condições “técnicas-sociais” definidas por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), no período contemporâneo: não é mais necessário um lugar central, polarizador da distribuição, “os circuitos comportam-se como espaciais e não mais regionais, pois se encontram em intercâmbios freqüentes e espessos [que] não são obrigatoriamente entre áreas contíguas”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001: 143).



Mapa: Distribuição da Alimentação Escolar no Município de Campinas por Regiões
(Fonte de Dados: Departamento de Alimentação Escolar, 2011; Elaboração: Rodrigo Silva/Geoplan)

2- O circuito espacial produtivo dos hortifrutigranjeiros da alimentação escolar na fase da produção: a problemática da produção familiar em grandes metrópoles

A complexidade do circuito e a sua necessária descentralização deve-se, a três fatores que, segundo Belik e Souza (2009), seriam: a) vastidão do território brasileiro; b) respeito aos hábitos alimentares de cada região; c) uso de alimentos regionais para incentivo da produção local.

Porém, há uma grande dificuldade de os hortifrutigranjeiros dos cardápios escolares do município de Campinas serem alimentos regionais advindos da produção familiar, não cumprindo a Lei nº 11.947/2009, que “determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário-Secretaria da Agricultura Familiar).

Foram identificados nessa problemática alguns fatores impeditivos para a inserção do agricultor familiar: 1) dificuldade em trabalhar com sistema “Just in Time”; 2) a quantidade de dinheiro destinada pela Lei seria insuficiente para o padrão de vida em Campinas; 3) fator relacionado às exigências da DAP (Declaração da Agricultura Familiar), onde os agricultores familiares de Campinas possuiriam variáveis a mais que os desclassificariam como agricultores familiares.

3) A organização do cardápio escolar como meio de combate à fome

Pode-se notar uma diferença de conteúdo alimentar para cada região do município de Campinas: as regiões mais pobres do município recebem refeições mais reforçadas, inseridas no tipo de cardápio classificado como “cardápio-refeição” onde não é servida, nos três horários de refeições dos alunos, uma alimentação do tipo “lanche” ou do tipo “café-da-manhã”. A organização do cardápio escolar segundo cada característica sócio-econômica de cada região no município fez com que o estudo das fases propostas dos circuitos espaciais produtivos da alimentação escolar nos serviu como porta para observar umas das inúmeras formas de acumulação de miséria no território brasileiro: a fome.

Conclusões Preliminares

O estudo do circuito espacial produtivo da alimentação escolar em Campinas sob essa perspectiva geográfica pôde proporcionar uma análise dos novos usos do território no município, onde uma parcela da população é dependente da alimentação que advém de uma importante política pública que atende esse espaço socialmente construído e que passou e passa por processos da chamada modernidade incompleta, onde na cidade “se justapõem e se superpõem traços de opulência, devido à pujança da vida econômica e suas expressões materiais, e sinais de desfalecimento, graças ao atraso das estruturas sociais e políticas. Tudo o que há de mais moderno pode aí ser encontrado, ao lado das carências mais gritantes” (SANTOS, 1990).

Segundo Santos (2001) estudar os circuitos espaciais de produção em determinado lugar é entender como os fluxos perpassam o território, ou seja, perceber o seu movimento e dinâmicas de funcionamento. Para Santos e Silveira (2001:144) “circuitos espaciais de produção (...) mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial”.

Podemos interpretar o território e estudar a organização do município de Campinas a partir da teoria dos circuitos, que nos leva a pensar a política pública da alimentação escolar como uma forte ferramenta que alimenta as pessoas que vivem das carências da modernidade incompleta da cidade, merecendo o contínuo estudo geográfico sobre seus impactos regionais.

Referências Bibliográficas

- BELIK, Walter e SOUZA, L.R de. “Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina”. In. Planejamento e Políticas Públicas nº 33, Jul./dez., 2009
- MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário- Secretaria da Agricultura Familiar:
<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>
- SANTOS, M. “Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo”. São Paulo, 1990
- SANTOS, M e SILVEIRA, M.L. “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”. Editora Record, Rio de Janeiro – São Paulo, 2001